

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 474, DE 2019

Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Ecólogo.

Autor: Deputado RODRIGO AGOSTINHO

Relator: Deputado CLODOALDO
MAGALHÃES

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 474, de 2019, de autoria do Deputado Rodrigo Agostinho, pretende dispor sobre a regulamentação do exercício da profissão de Ecólogo.

A proposição define o Ecólogo como profissional de nível superior, com perfil interdisciplinar, relacionado ao campo da Ecologia, dos ecossistemas, de seus componentes e suas relações e interações em diversas escalas espaciais e temporais.

O artigo 3º estabelece que a profissão será exercida por diplomados em curso superior em Ecologia.

O artigo 4º garante o livre exercício da profissão em todo território nacional mediante registro adequado do diploma.

Por sua vez, o artigo 5º enumera as atribuições da profissão, abrangendo desde estudos de preservação e conservação de ecossistemas até assessoria a empresas e órgãos públicos em questões ambientais.

Já os artigos 6º a 9º disciplinam a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do Ecólogo, estabelecendo requisitos, conteúdo e responsabilidades associadas.



Em sua justificativa, o autor afirma que a regulamentação é necessária diante da importância crescente das questões ambientais e da necessidade de profissionais especializados para garantir a sustentabilidade dos ecossistemas naturais e antrópicos. Destaca que o Brasil possui excepcional diversidade biológica e que os ecólogos são fundamentais para a proteção da vida, da saúde e da qualidade de vida das presentes e futuras gerações, conforme previsto no art. 225 da Constituição Federal.

O projeto foi distribuído às Comissões de Trabalho e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), em reunião realizada em 09/11/2022, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 474, de 2019, na forma de substitutivo, nos termos do voto do Relator, Deputado Mauro Nazif, contra o voto do Deputado Tiago Mitraud.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em 17/09/2024, o então relator, Dep. Daniel José (PODE-SP), apresentou voto pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, porém não apreciado.

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

É o relatório.

2025-15546



II - VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 32, inciso IV, alínea "a", do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) examinar a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 474, de 2019, bem como do Substitutivo aprovado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Inicialmente, quanto à constitucionalidade formal das proposições, há três aspectos centrais a serem analisados: (I) a competência legislativa para tratar da matéria; (II) a legitimidade da iniciativa para deflagrar o processo legislativo; e (III) a adequação da espécie normativa utilizada à luz do que autoriza a Constituição Federal.

Sob esses parâmetros, observa-se que a matéria é de competência privativa da União, nos termos do artigo 22, inciso XVI, da Constituição Federal, que atribui à União competir privativamente sobre a organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões. A iniciativa parlamentar é legítima (art. 61, caput, da CF/88), uma vez que o tema não se insere no rol de iniciativas privativas e exclusivas previsto no texto constitucional. Por fim, revela-se adequada a veiculação da matéria por meio de lei ordinária, visto não haver exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para disciplina do assunto.

Sob o prisma da constitucionalidade material, em termos gerais, o Projeto de Lei nº 474, de 2019, bem como o Substitutivo aprovado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) não contrariam princípios ou regras constitucionais, o que denota a validade da atividade legiferante do Congresso Nacional.

Ademais, com exceção de um aspecto, as proposições apresentam juridicidade, uma vez que inovam no ordenamento jurídico e se harmonizam a ele, além de serem dotadas de generalidade normativa e



observarem os princípios gerais do direito. O art. 9º do projeto original revela-se injurídico na medida em que não inova em relação à disciplina do crime de falsidade ideológica já previsto no Código Penal. O substitutivo da CTASP suprime tal dispositivo, razão pela qual deixamos de oferecer a pertinente emenda saneadora.

Quanto à técnica legislativa e à redação, de forma geral, as proposições seguem os ditames da Lei Complementar nº 95/1998, que trata de regras de elaboração legislativa. Ressalva precisa ser feita ao texto dos arts. 6º e 7º, as quais contém diversos comandos normativos reunidos num só dispositivo, o que não atende à diretriz imposta pelo art. 11, I, “b” da Lei Complementar nº 95/1998 de utilização de frases curtas e concisas para a obtenção de clareza. O Substitutivo da CTASP teve o mérito de corrigir tal problema, assim como suprimiu a divisão do diploma em capítulos e sessões, providência que, de fato, se justifica em razão da extensão do texto normativo.

Embora, nos termos regimentais, a análise do mérito da proposição não seja da alçada desta Comissão, não podemos deixar de louvar essa iniciativa legislativa. Por meio dela, o Congresso Nacional proporcionará maior segurança jurídica ao exercício profissional dos ecólogos e contribuirá para a efetividade das políticas de proteção ambiental, fortalecendo a preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado. A regulamentação da profissão de Ecólogo atende ao interesse público na preservação ambiental e na qualificação técnica de profissionais que atuam nessa área estratégica.

Pelas razões expostas, concluímos o voto no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 474, de 2019, desde que na forma do Substitutivo aprovado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado CLODOALDO MAGALHÃES
Relator



2025-15546

5

Apresentação: 13/10/2025 15:49:23.340 - CCJC
PRL 2 CCJC => PL 474/2019

PRL n.2



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256678077600>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Clodoaldo Magalhães

